



PREFEITURA MUNICIPAL DE
IBITIRAMA
ESPÍRITO SANTO

PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO AO **EL NIÑO**

SAÚDE | 2026/2027



SECA



CHUVAS
IRREGULARES



ESCASSEZ
HÍDRICA



SAÚDE DA
POPULAÇÃO

*Planejar hoje,
proteger amanhã.*

IBITIRAMA – ES

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA
PARA ENFRENTAMENTO DOS IMPACTOS DO FENÔMENO EL NIÑO
NA SAÚDE PÚBLICA

VIGÊNCIA: 2026–2027

IBITIRAMA – ESPÍRITO SANTO

“Prevenção, planejamento e resposta para proteger a saúde de Ibitirama.”

2026

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. OBJETIVO GERAL	3
3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	3
4. PRINCIPAIS RISCOS À SAÚDE	4
5. POPULAÇÕES PRIORITÁRIAS	6
6. ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE	6
7. FASES DE ATIVAÇÃO DO PLANO	7
8. PLANO DE AÇÃO POR EIXOS	9
9. VIGILÂNCIA AMBIENTAL E CONTROLE DE VETORES	10
10. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	10
11. ONDAS DE CALOR	11
14. CHUVAS INTENSAS E ENCHENTES	12
15. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	12
18. INTEGRAÇÃO ENTRE ACS E ACE	14
19. ESTOQUE E LOGÍSTICA	15
20. CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	15
21. MONITORAMENTO E INDICADORES	16
22. RESPONSABILIDADES	16
23. FLUXO DE COMUNICAÇÃO	17
24. ENCERRAMENTO DA EMERGÊNCIA	18
25. CRONOGRAMA DE PREPARAÇÃO	18
26. MATRIZ RESUMIDA DE RISCOS	19
27. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
28. REFERÊNCIAS	19

1. APRESENTAÇÃO

O presente Plano Municipal de Contingência organiza as medidas que deverão ser adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Ibitirama diante dos possíveis efeitos associados ao fenômeno El Niño. O fenômeno El Niño corresponde ao aquecimento fora do padrão das águas superficiais do Pacífico Equatorial e pode alterar as condições de temperatura e chuva. Dependendo do território, essas mudanças podem favorecer períodos de calor excessivo, estiagem, seca, chuvas fortes, enchentes, queimadas e modificações ambientais.

Para o período de 2026–2027, o planejamento municipal deve considerar os riscos que podem repercutir sobre a saúde, incluindo arboviroses, agravos relacionados ao calor, problemas respiratórios, segurança da água e dos alimentos e aumento da demanda pelos serviços de saúde. Assim, o Plano estabelece previamente responsabilidades, formas de comunicação, vigilância, assistência, controle de vetores, promoção da saúde e articulação com outros setores do município.

2. OBJETIVO GERAL

Organizar ações de preparação, prevenção, acompanhamento, resposta e recuperação destinadas a diminuir os efeitos do El Niño sobre a saúde da população de Ibitirama, preservando a continuidade da assistência e a proteção das pessoas em maior situação de vulnerabilidade.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

-  Reforçar as ações de vigilância epidemiológica, ambiental e sanitária;
-  Acompanhar agravos que possam sofrer influência das condições climáticas;
-  Ampliar as medidas de prevenção e controle das arboviroses;
-  Diminuir os efeitos das temperaturas elevadas sobre a população;
-  Preparar os serviços de saúde para possíveis períodos de seca, estiagem e restrição no abastecimento de água;
-  Planejar respostas para chuvas intensas, alagamentos e enchentes;
-  Prevenir problemas respiratórios associados à fumaça e às queimadas;
-  Manter o funcionamento dos serviços de saúde durante situações adversas;
-  Proteger trabalhadores expostos a condições climáticas desfavoráveis;
-  Reconhecer e acompanhar grupos populacionais vulneráveis;
-  Fortalecer a comunicação de riscos para a população;
-  Acompanhar indicadores que permitam avaliar as medidas executadas;
-  Estruturar resposta rápida quando houver situação de emergência em saúde pública;
-  Manter articulação com a Defesa Civil, Assistência Social, Meio Ambiente, Educação, Agricultura, Saneamento e demais áreas pertinentes.

4. PRINCIPAIS RISCOS À SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde deverá considerar os seguintes cenários:

4.1. ONDAS DE CALOR

Possíveis consequências:

-  Desidratação;
-  Insolação ;
-  Exaustão térmica;
-  Agravamento de doenças cardiovasculares e respiratórias;
-  Alterações renais;
-  Maior risco para grupos vulneráveis.

4.2. ESTIAGEM E SECA

Possíveis consequências:

-  Redução da oferta de água;
-  Comprometimento de sua qualidade;
-  Aumento de doenças relacionadas à água inadequada;
-  Insegurança alimentar;
-  Dificuldades de higiene;
-  Maior vulnerabilidade social;
-  Deslocamento populacional;
-  Prejuízos às atividades econômicas.

4.3. CHUVAS INTENSAS E ENCHENTES

Possíveis consequências:

-  Acidentes;
-  Traumatismos;
-  Afogamentos;
-  Doenças gastrointestinais;

-  Leptospirose;
-  Contaminação da água;
-  Problemas respiratórios;
-  Interrupção de serviços;
-  Deslocamento de famílias ;
-  Danos à infraestrutura sanitária;
-  O planejamento poderá incorporar metodologias utilizadas pelo Ministério da Saúde para emergências decorrentes de chuvas intensas e desastres.

4.4. AUMENTO DAS ARBOVIROSES

Alterações ambientais associadas ao El Niño podem criar condições favoráveis presença de vetores, exigindo atenção ampliada para dengue, chikungunya, Zika e outras arboviroses.

Visando uma melhor atuação no aumento das arboviroses, a Vigilância Ambiental – ACE já possuem protocolo de atuação definido, com medidas de vigilância, prevenção, controle e intensificações das ações de campo.

O potencial incremento das arboviroses para o biênio 2026/2027 foi objeto de um aviso específico publicado pelo Ministério da Saúde em julho de 2026.

4.5. QUEIMADAS E FUMAÇA

Possíveis consequências:

-  Irritação das vias respiratórias;
-  crises de asma;
-  piora de doenças pulmonares;
-  conjuntivites;
-  aumento da procura pelos serviços de saúde;
-  agravamento de condições cardiovasculares.

4.6. SAÚDE MENTAL

Eventos climáticos extremos podem provocar:

-  Ansiedade;
-  Estresse;
-  Sofrimento psicológico;
-  Perdas materiais;

- ✚ Agravamento de transtornos mentais preexistentes;
- ✚ Aumento da necessidade de atendimento psicossocial.

5. POPULAÇÕES PRIORITÁRIAS

Deverão receber atenção especial:

- ✚ Deverão receber atenção diferenciada:
- ✚ Crianças;
- ✚ Idosos;
- ✚ Gestantes;
- ✚ Pessoas com doenças crônicas;
- ✚ Cardiovasculares ou respiratória;
- ✚ Pessoas com mobilidade reduzida;
- ✚ População em situação de rua;
- ✚ Famílias residentes em áreas de risco;
- ✚ Trabalhadores expostos ao sol;
- ✚ Trabalhadores da limpeza urbana;
- ✚ ACS;
- ✚ ACE;
- ✚ Comunidades rurais;
- ✚ Pessoas em vulnerabilidade socioeconômica.

6. ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE

Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde mantenha ou institua um Comitê Municipal de Emergência em Saúde para coordenar o planejamento e a resposta aos eventos climáticos. **COMPOSIÇÃO SUGERIDA:**

- ✚ Secretaria Municipal de Saúde;
- ✚ Vigilância Epidemiológica;
- ✚ Vigilância Ambiental;
- ✚ Vigilância Sanitária;
- ✚ Atenção Primária à Saúde;

-  Coordenação de Endemias;
-  Assistência Farmacêutica;
-  Regulação;
-  Saúde Mental;
-  Assistência Social;
-  Defesa Civil;
-  Meio Ambiente;
-  Educação;
-  Agricultura;
-  Serviço de Água e Esgoto;
-  Hospital/Pronto Atendimento;
-  Comunicação Social;
-  Outros setores considerados necessários.

7. FASES DE ATIVAÇÃO DO PLANO

7.1 – VERDE: Normalidade/Preparação

Mantido quando não houver emergência no Município.

Ações prioritárias:

-  Monitoramento das condições climáticas;
-  Acompanhamento dos boletins do inmet, cemaden e órgãos estaduais;
-  Levantamento das áreas de risco;
-  Atualização dos contatos das equipes;
-  Levantamento de estoques;
-  Capacitação dos profissionais;
-  Atualização dos planos de trabalho;
-  Identificação da população vulnerável;
-  Manutenção dos equipamentos;
-  Planejamento das ações de comunicação.

7.2 – AMARELO: ATENÇÃO

Aplicado quando houver previsão ou confirmação de condições climáticas que possam elevar os riscos à saúde.

Ações prioritárias:

-  Ativação do Comitê Municipal;
-  Acompanhamento diário dos indicadores;
-  Comunicação às unidades de saúde;
-  Reforço da vigilância epidemiológica;
-  Intensificação do controle de vetores;
-  Preparação de medicamentos e insumos;
-  Comunicação preventiva à população;
-  Identificação dos serviços que podem sofrer interrupções;
-  Contato com Defesa Civil;
-  Monitoramento de áreas vulneráveis.

7.3 – LARANJA : Atenção/Resposta

Utilizado quando o evento climático já apresentar impacto relevante sobre a saúde.

Ações prioritárias:

-  Reuniões diárias do Comitê;
-  Reforço das equipes de saúde;
-  Ampliação da vigilância;
-  Visitas às áreas afetadas;
-  Atendimento prioritário às populações vulneráveis;
-  Reforço da assistência farmacêutica;
-  Monitoramento dos estoques;
-  Ampliação da comunicação de risco;
-  Ações emergenciais de controle de vetores;

- ✚ Avaliação da necessidade de unidades temporárias de atendimento;
- ✚ Articulação com Defesa Civil e Assistência Social.

7.4 – VERMELHA: Emergência

Destinado a situações que comprometam de forma importante a capacidade municipal de resposta.

Ações prioritárias:

- ✚ Ativação integral do plano;
- ✚ Funcionamento do comitê em regime de emergência;
- ✚ Comunicação imediata à secretaria estadual de saúde;
- ✚ Solicitação de apoio regional/estadual;
- ✚ Mobilização extraordinária de profissionais;
- ✚ Organização de unidades de atendimento emergencial;
- ✚ Transferência de pacientes quando necessário;
- ✚ Distribuição emergencial de medicamentos e insumos;
- ✚ Instalação de pontos de hidratação ou atendimento;
- ✚ Intensificação das ações de vigilância;
- ✚ Monitoramento contínuo da mortalidade e morbidade; • elaboração de boletins epidemiológicos emergenciais.

8. PLANO DE AÇÃO POR EIXOS

8.1 – Vigilância Epidemiológica

Ações prioritárias:

- ✚ Monitorar diariamente casos suspeitos e confirmados de arboviroses;
- ✚ Acompanhar notificações de doenças relacionadas ao calor;
- ✚ Monitorar doenças respiratórias;

-  Monitorar doenças gastrointestinais;
-  Acompanhar casos suspeitos de leptospirose após enchentes;
-  Investigar surtos;
-  Monitorar mortalidade associada a eventos climáticos;
-  Emitir alertas às unidades de saúde;
-  Elaborar boletins epidemiológicos.

Indicadores:

-  Número de casos de dengue;
-  Número de casos de zika;
-  Número de casos de chikungunya;
-  Número de internações;
-  Número de óbitos;
-  Número de notificações relacionadas ao calor;
-  Número de surtos investigados.

9. VIGILÂNCIA AMBIENTAL E CONTROLE DE VETORES

Ações prioritárias:

-  Ampliar visitas domiciliares;
-  Realizar bloqueios quando indicados;
-  Intensificar a eliminação de criadouros.
-  Executar tratamento de depósitos quando necessário;
-  Acompanhar índices de infestação;
-  Mapear áreas com maior risco;
-  Inspecionar recipientes com possibilidade de acumular água;
-  Reforçar ações em terrenos baldios;
-  Desenvolver atividades educativas;
-  Integrar ACS e ACE;
-  Acompanhar pontos estratégicos;
-  Intensificar as ações antes e depois de períodos chuvosos.

10. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

As equipes da Atenção Primária deverão contribuir para a identificação precoce dos agravos e atuar como porta de entrada da população.

Ações prioritárias:

-  Realizar busca ativa de pessoas vulneráveis;
-  Orientar famílias sobre medidas preventivas;
-  Acompanhar pessoas com doenças crônicas;
-  Ampliar visitas domiciliares em áreas prioritárias;
-  Identificar sinais de desidratação e agravos associados ao calor;
-  Orientar sobre hidratação;
-  Acompanhar idosos, crianças e gestantes;
-  Garantir a continuidade dos tratamentos;
-  Organizar o atendimento diante do aumento da demanda.

11. ONDAS DE CALOR

Ações prioritárias durante períodos de temperatura elevada:

-  Deverão ser reforçadas as orientações sobre hidratação,
-  Proteção contra o sol,
-  Uso de roupas leves e redução da exposição nos horários críticos.
-  Pessoas idosas,
-  Crianças,
-  Indivíduos com doenças crônicas
-  Trabalhadores expostos ao sol deverão receber atenção especial.
-  Quando necessário, poderão ser estruturados pontos de hidratação e monitoramento dos atendimentos relacionados ao calor.

12. ÁGUA E SEGURANÇA SANITÁRIA

Ações prioritárias durante situações de estiagem ou interrupção do abastecimento:

-  Deverão ser intensificados o acompanhamento da qualidade da água;
-  A vigilância dos sistemas de abastecimento;
-  A orientação sobre armazenamento seguro;
-  As ações de vigilância sanitária;
-  Surto relacionados à água deverão ser investigados e alterações de qualidade comunicadas imediatamente.

13. QUEIMADAS E QUALIDADE DO AR

Ações prioritárias durante situações de queimadas e condição do ar:

-  Acompanhar áreas afetadas por queimadas:

-  Monitorar informações disponíveis sobre qualidade do ar;
-  Orientar a população sobre os riscos da fumaça;
-  Dar atenção prioritária a pessoas com doenças respiratórias;
-  Reforçar a assistência às crises respiratórias;
-  Reduzir a exposição da população à fumaça;
-  Acompanhar a procura por atendimento respiratório;
-  Articular ações com Meio Ambiente e Defesa Civil.

14. CHUVAS INTENSAS E ENCHENTES

Antes do evento:

-  Mapear áreas sujeitas a alagamentos;
-  Conferir rotas alternativas, proteger medicamentos e equipamentos;
-  Atualizar contatos;
-  Preparar estoques;
-  Definir locais alternativos de atendimento.

Durante o evento:

-  Acompanhar as áreas atingidas;
-  Prestar assistência às pessoas afetadas;
-  Apoiar abrigos;
-  Monitorar doenças relacionadas à água;
-  orientar sobre os riscos do contato com água de enchente;
-  verificar as condições sanitárias dos abrigos.

Depois do evento:

-  Realizar avaliação sanitária;
-  Acompanhar doenças;
-  Intensificar vacinação conforme avaliação epidemiológica;
-  Orientar limpeza e desinfecção;
-  Avaliar danos às unidades;
-  Acompanhar psicologicamente as pessoas afetadas.

15. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

A Secretaria Municipal de Saúde deverá manter reserva estratégica:

-  Medicamentos essenciais;
-  Medicamentos para doenças crônicas;
-  Soro de reidratação oral;
-  Materiais de curativo;
-  Insumos para urgência;
-  EPIs;
-  Repelentes quando disponíveis e previstos em protocolos;
-  Materiais de limpeza e desinfecção.

Os estoques deverão ser inventariados periodicamente, considerando quantidade, validade e possibilidade de reposição.

16. SAÚDE MENTAL

As equipes deverão:

-  Identificar pessoas em sofrimento psicológico;
-  Oferecer acolhimento;
-  Fortalecer a atenção primária;
-  Encaminhar situações de maior gravidade;
-  Articular com o CAPS de outras cidades e serviços especializados;
-  Acompanhar famílias afetadas por desastres e desenvolver ações de apoio aos trabalhadores expostos a situações emergenciais.

17. COMUNICAÇÃO DE RISCO

A comunicação municipal deverá ser clara, acessível e rápida, abordando os seguintes temas:

Calor:

-  Hidratação;
-  proteção solar;
-  sinais de alerta de desidratação.

Prevenção das arboviroses:

-  Eliminar criadouros;
-  Sintomatologia;
-  Busca precoce por atendimento.

Cuidados durante chuvas e enchentes:

-  Evitar contato com água contaminada;
-  Cuidados com alimentos;
-  Prevenção de acidentes.

Queimadas - prevenção dos efeitos da fumaça:

-  Evitar exposição à fumaça;
-  Atenção especial para pessoas com doenças respiratórias.

Segurança da água e dos alimentos:

-  Armazenamento seguro;
-  Consumo de água adequada;
-  Cuidados com alimentos.

Os canais poderão incluir redes sociais oficiais, rádio, site da Prefeitura, carros de som, escolas, unidades de saúde, ACS, ACE e associações comunitárias.

18. INTEGRAÇÃO ENTRE ACS E ACE

Durante a vigência do Plano, deverá ser fortalecida a atuação integrada dos ACS e ACE.

Atuação do ACS:

-  Identificar pessoas vulneráveis;
-  Orientar famílias;
-  Comunicar situações de risco;
-  Realizar busca ativa;
-  Acompanhar pacientes crônicos;
-  Identificar situações de desabastecimento de água.

Atuação do ACE:

-  Realizar controle vetorial;
-  Identificar criadouros;
-  Executar bloqueios;
-  Monitorar áreas de risco;
-  Realizar ações de educação em saúde;

- ✚ Comunicar alterações ambientais.

O envio dos dados à coordenação é essencial para viabilizar uma ação territorial conjunta e integrada.

19. ESTOQUE E LOGÍSTICA

Deverá ser realizado levantamento periódico pela Secretaria dos recursos disponíveis:

- ✚ Veículos;
- ✚ Combustível;
- ✚ Medicamentos;
- ✚ Insumos;
- ✚ EPIs;
- ✚ Equipamentos;
- ✚ materiais de limpeza;
- ✚ água potável;
- ✚ recursos de comunicação;
- ✚ geradores;
- ✚ equipamentos de informática;
- ✚ demais recursos necessários.

Também deverá ser definido estoque mínimo para períodos de emergência.

20. CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Cada unidade deverá possuir planejamento simplificado de continuidade:

- ✚ Contemplando contatos dos responsáveis;
- ✚ Rotas alternativas;
- ✚ Serviços de referência;
- ✚ Capacidade de atendimento;
- ✚ Estoque mínimo;

- ✚ Equipamentos essenciais;
- ✚ Procedimentos para interrupção de energia;
- ✚ Falta de água;
- ✚ Impossibilidade de acesso.

A manutenção da assistência deverá permanecer como elemento central da preparação para eventos extremos.

21. MONITORAMENTO E INDICADORES

Deverão ser acompanhados, no mínimo, os seguintes indicadores e eventos:

Indicador	Frequência de acompanhamento
Casos de dengue, chikungunya e Zika	Semanal
Índices de infestação do Aedes	Conforme ciclo
Atendimentos respiratórios	Semanal
Atendimentos por desidratação	Semanal
Doenças gastrointestinais	Semanal
Suspeitas de leptospirose	Imediato
Óbitos relacionados a eventos climáticos	Imediato

Indicador	Frequência de acompanhamento
Abastecimento de água durante emergência	Diário
Qualidade da água	Conforme programação ou emergência
Estoques de medicamentos e EPIs	Semanal
Funcionamento das UBS durante emergência	Diário

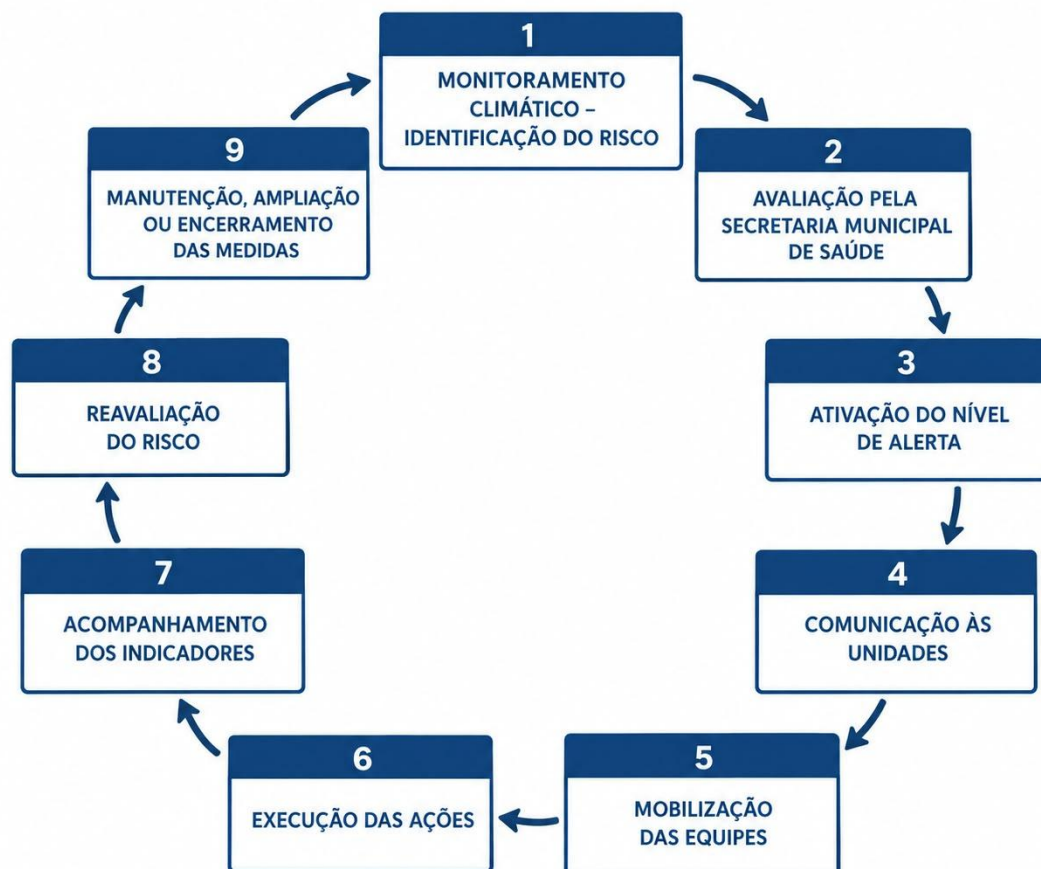
O acompanhamento periódico dos indicadores deverá subsidiar a avaliação do risco, a ativação ou ampliação das medidas e a comunicação às equipes e à população.

22. RESPONSABILIDADES

Área	Responsabilidade principal
------	----------------------------

Secretaria Municipal de Saúde	Coordenar o Plano, ativar níveis de resposta, mobilizar recursos, organizar equipes e manter comunicação com a Secretaria Estadual.
Vigilância Epidemiológica	Acompanhar doenças, investigar surtos, produzir informações e emitir alertas.
Vigilância Ambiental	Acompanhar riscos ambientais, água e vetores e apoiar ações relacionadas a eventos climáticos.
Vigilância Sanitária	Fiscalizar estabelecimentos, acompanhar condições sanitárias e atuar diante de riscos à saúde.
Atenção Primária	Prestar atendimento, realizar busca ativa, acompanhar vulneráveis e desenvolver educação em saúde.
Controle de Endemias	Atuar no controle vetorial, bloqueios, eliminação de criadouros e monitoramento de áreas prioritárias.
Assistência Farmacêutica	Garantir medicamentos, acompanhar estoques e organizar distribuição emergencial.
Defesa Civil	Informar riscos, atuar em evacuação, apoiar abrigos e colaborar durante desastres.

23. FLUXO DE COMUNICAÇÃO



24. ENCERRAMENTO DA EMERGÊNCIA

O encerramento deverá ser definido após avaliação do Comitê Municipal, considerando a diminuição do risco, normalização dos serviços, redução dos atendimentos associados ao evento, regularização do abastecimento de água, controle de surtos, recuperação da infraestrutura e disponibilidade de medicamentos e insumos. Após a emergência, deverá ser realizada avaliação do evento para identificar dificuldades, práticas que funcionaram e necessidades de atualização do Plano.

25. CRONOGRAMA DE PREPARAÇÃO

Fase	Principais ações
Fase 1 – Preparação	Constituir o Comitê, atualizar contatos, mapear áreas vulneráveis, conferir estoques, revisar protocolos e capacitar equipes.
Fase 2 – Vigilância intensificada	Acompanhar indicadores epidemiológicos e climáticos, reforçar o controle de vetores, comunicar a população e acompanhar grupos vulneráveis.

Fase 3 – Resposta	Ativar níveis de contingência, mobilizar equipes, realizar atendimentos, distribuir insumos, comunicar riscos e monitorar diariamente.
Fase 4 – Recuperação	Avaliar danos, recuperar serviços, acompanhar a população afetada, realizar avaliação epidemiológica, elaborar relatório e revisar o Plano.

26. MATRIZ RESUMIDA DE RISCOS

Risco	Possíveis impactos	Medidas de resposta
Calor intenso	Desidratação e agravamento de doenças	Vigilância e orientação
Seca	Falta ou contaminação da água	Vigilância da água
Chuvas intensas	Enchentes e doenças	Preparação da rede
Arboviroses	Dengue, chikungunya e Zika	Controle vetorial
Queimadas	Doenças respiratórias	Acompanhamento da qualidade do ar
Falta de água	Doenças gastrointestinais	Vigilância sanitária
Perda de alimentos	Insegurança alimentar	Ação intersetorial
Desastres	Lesões e sofrimento psicológico	Atendimento emergencial
Interrupção de serviços	Risco de desassistência	Plano de continuidade

27. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento dos possíveis efeitos do El Niño requer planejamento antecipado, integração entre os setores e atuação adequada à realidade territorial de Ibitirama. O município deverá acompanhar informações meteorológicas e ambientais disponíveis para reconhecer cenários de risco e ajustar as medidas de saúde. As ações deverão priorizar vigilância, prevenção, comunicação de risco, controle de vetores, proteção das populações vulneráveis e continuidade da assistência. O Plano deverá ser revisado periodicamente diante de novas previsões climáticas, mudanças no cenário epidemiológico ou ocorrência de eventos extremos.

28. REFERÊNCIAS

- ✚ Nota Informativa nº 10/2026 – alerta do Ministério da Saúde sobre arboviroses e El Niño (jul/2026).
- ✚ Plano de Contingência para Emergências por chuvas intensas (MS, 2025).
- ✚ Plano de Contingência Nacional para Dengue, Chikungunya e Zika (MS, 2025).
- ✚ Portaria GM/MS nº 6.918/2025 – institui a Sala de Situação Nacional de Emergências Climáticas em Saúde.
- ✚ Sala de Situação Nacional de Emergências Climáticas em Saúde.
- ✚ CEMADEN – monitoramento de riscos.
- ✚ INMET – boletins e previsões do El Niño.
- ✚ Organização Meteorológica Mundial (WMO).
- ✚ OPAS – impactos do El Niño na saúde.
- ✚ OMS – mudanças climáticas e saúde.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITURA MUNICIPAL DE
IBITIRAMA – ESPÍRITO SANTO

Planejar hoje, proteger amanhã.